CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CNPJ Nº 13.389.543/0001-94
NIRE Nº 42 3 0004269-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Cacimbas S.A. (Cacimbas ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Cacimbas (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médio, e entrou plenamente em operação em janeiro de 2017. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Cacimbas não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Cacimbas pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a EBE atua na geração e, também, na comercialização de energia elétrica.

3. Desempenho Operacional

Em 2017, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 50,4 GWh. A Usina passou a operar gradualmente entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, não sendo apropriado, portanto, comparação entre os períodos (a geração total bruta de 2016 foi de 7,5 GWh).

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 68,4%, 2,5 p.p. superior ao verificado em 2016, que foi de 65,9%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2017 foi de 61,4%, 4,1 p.p abaixo da registrada em 2016, que foi de 65,5%.

4. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

5. Agradecimentos

A Administração de Cacimbas agradece a contribuição de todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2017.

A Administração

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.638	114
Contas a receber de clientes	5	1.691	1.125
Créditos fiscais a recuperar	6	1.487	1.058
Outros ativos circulantes		105	256
		4.921	**2.553**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Créditos fiscais a recuperar	6	630	935
Depósitos vinculados	7	2.329	-
		2.959	**935**
Imobilizado	8	91.438	78.382
Intangível		321	329
		94.718	**79.646**
TOTAL		**99.639**	**82.199**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.054	1.023
Financiamento	10	3.779	-
Outros passivos circulantes		195	70
		6.028	**1.093**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	51.630	-
Transações com partes relacionadas	15	-	5.718
		51.630	**5.718**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		40.516	75.715
Reserva de lucros		1.465	-
Prejuízos acumulados		-	(327)
		41.981	**75.388**
TOTAL		**99.639**	**82.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**12**	**21.192**	**1.021**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(10.164)	-
Depreciação e amortização	8	(4.840)	(159)
Serviços de terceiros		(957)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		(792)	(3)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(483)	(338)
Seguros		(242)	-
Outros		(255)	(1)
		(17.773)	**(501)**
LUCRO BRUTO		**3.419**	**520**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(127)	(173)
Outras receitas operacionais, líquidas		214	-
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		2.513	-
Encargos de financiamento	10	(3.490)	-
Variação monetária de financiamento	10	(434)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(150)	(3)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**1.945**	**344**
Imposto de renda		-	(117)
Contribuição social		-	(51)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.945**	**176**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-4

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2015		**46.280**	**-**	**-**	**(503)**	**45.777**
Aumento de capital		29.435	-	-	-	29.435
Lucro líquido do exercício		-	-	-	176	176
SALDOS EM 31.12.2016	11	**75.715**	**-**	**-**	**(327)**	**75.388**
Aumento de capital		2.200	-	-	-	2.200
Redução de capital		(37.399)	-	-	-	(37.399)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.945	1.945
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	81	-	(81)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(153)	(153)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.384	(1.384)	-
SALDOS EM 31.12.2017	11	**40.516**	**81**	**1.384**	**-**	**41.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**1.945**	**344**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações		
Depreciação e amortização	4.840	159
Juros e variação monetária de financiamento	3.924	2
Outros juros	(83)	-
Lucro ajustado	**10.626**	**505**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(554)	(1.125)
Créditos fiscais a recuperar	64	(1.993)
Outros ativos	151	(54)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.674	83
Outros passivos	(19)	95
Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações	**11.942**	**(2.489)**
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.399)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(225)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**9.318**	**(2.489)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(18.505)	(26.856)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(18.505)**	**(26.856)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	2.200	29.435
Redução de capital	(37.399)	-
Financiamento obtido	55.793	-
Financiamento pago	(1.909)	-
Depósitos Vinculados ao Serviço da Dívida	(2.256)	-
Pagamento de partes relacionadas	(5.718)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**10.711**	**29.435**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.524**	**90**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	114	24
Saldo final	1.638	114
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.524**	**90**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	(618)	903
Compensação de imposto de renda e contribuição social	180	-
Partes relacionadas - Ampliação da subestação do Consórcio Trairí	-	1.296
Partes relacionadas - Alienação de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí	-	4.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Cacimbas S.A. ("Cacimbas" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.03.2011, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem por objeto social a implantação e a exploração da Central Eólica Cacimbas 1 ("EOL Cacimbas"), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

Em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), emitiu a Resolução Autorizativa nº 5.040, autorizando a Companhia a implantar e explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, a EOL Cacimbas e o sistema de transmissão, a ser compartilhado com outras centrais eólicas controladas indiretas da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). O prazo da autorização é de 30 anos a contar da data de 05.02.2015.

A EOL Cacimbas pertence ao Complexo Eólico Santa Mônica ("CESM"), localizado no município de Trairi (CE), que é composto por outros 3 parques eólicos, com capacidade instalada total de 97,2 MW. Em agosto de 2015, o CESM comercializou 46,0 MW no Leilão de Geração promovido pela Aneel, a preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. A energia negociada no leilão terá início de suprimento em 01.01.2018. A EOL Cacimbas entrou em operação parcial em 2016, passando a estar em pleno funcionamento em janeiro de 2017.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23.04.2018.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos em consórcios

A Companhia detém participações em consórcios (entidades sem personalidade jurídica). Os ativos, passivos, receitas e despesas destes consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais coincidem com a vida útil dos bens.

d) Intangível

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no contrato de concessão.

e) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não serão recuperados através de suas operações futuras.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados., as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

i) Contrato de arrendamento

É considerado como operacional, portanto, os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

Em função da expectativa futura de mudança de regime tributário, as controladas da Sociedade não constituem imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

k) Novas normas, alterações e interpretações

k.1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017

As normas contábeis novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período: (i) Alterações ao CPC 03 (IAS 7): Iniciativa de divulgação; (ii) Alterações ao CPC 32 (IAS 12): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e (iii) Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

k.2) Novas normas, alterações e interpretações

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, as seguintes normas tornar-se-ão efetivas:

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações contábeis com a adoção dos novos pronunciamentos, exceto quanto ao CPC 06 a seguir comentado.

O impacto real da aplicação do CPC 06 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data e da avaliação se irá exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. Devido às diferentes alternativas disponíveis e à complexidade das estimativas, a Companhia ainda não concluiu a sua avaliação, motivo pelo qual não apresentou nessas demonstrações contábeis uma estimativa do impacto da aplicação inicial da revisão do CPC 06.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	97	101
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	1.541	13
	1.638	**114**

As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2017	31.12.2016
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”)	1.596	220
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)	95	905
	1.691	**1.125**

Os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento, enquanto que os valores faturados mensalmente à EBC são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento.

NOTA 6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Imposto de renda	648	-
Contribuição Social	133	-
PIS[1] e Cofins[2]	706	1.058
	1.487	**1.058**
Não circulante		
PIS e Cofins	630	935
	630	**935**
Classificação no balanço patrimonial		

[1] Programa de Integração Social.
[2] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Ativo circulante	1.487	1.058
Ativo não circulante	630	935
	2.117	**1.993**

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida.

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2017			31.12.2016
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,4	3.166	(121)	3.045	2.884
Máquinas e equipamentos	5,1	93.587	(5.345)	88.242	39.815
		96.753	**(5.466)**	**91.287**	**42.699**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		22	-	22	1
Máquinas e equipamentos		129	-	129	1.313
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	34.369
		151	**-**	**151**	**35.683**
		96.904	**(5.466)**	**91.438**	**78.382**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2015 (Não Auditado)	**-**	**-**	**45.602**	**45.602**
Ingressos	-	-	32.939	32.939
Transferências	2.892	39.966	(42.858)	-
Depreciação	(8)	(151)	-	(159)
Saldo em 31.12.2016	**2.884**	**39.815**	**35.683**	**78.382**
Ingressos	-	-	17.896	17.896
Transferências	267	53.161	(53.428)	-
Depreciação	(106)	(4.734)	-	(4.840)
Saldo em 31.12.2017	**3.045**	**88.242**	**151**	**91.438**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para implantação e exploração da EOL Cacimbas, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 05.02.2015.

NOTA 9 – FORNECEDORES

	31.12.2017	31.12.2016
Energia elétrica comprada para revenda	1.481	-
Fornecedores de imobilizado	279	921

Fornecedores de materiais e serviços	249	58
Encargos de uso da rede elétrica	45	44
	2.054	**1.023**

NOTA 10 – FINANCIAMENTO

A Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R$ 65.296, para financiamento da construção do parque eólico de Cacimbas. Esse total é corrigido via juros equivalentes a TJLP + 2,18% a.a. e amortizações mensais de junho de 2017 a maio de 2033.

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2016	**-**	**-**	**-**
Ingressos	2.879	52.914	55.793
Juros no resultado	3.490	-	3.490
Variações monetárias	29	405	434
Transferências	1.689	(1.689)	-
Amortização de principal	(1.909)	-	(1.909)
Pagamento de juros	(2.399)	-	(2.399)
Saldo em 31.12.2017	**3.779**	**51.630**	**55.409**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2019	3.581
2020	3.581
2021	3.581
2022	3.581
2023	3.581
2024 a 2029	33.725
	51.630

c) Condições Contratadas

Juros:	TJLP + 2,18% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2033.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

e) Compromisso contratual (*covenant*)

O *covenant* (Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2) começou a ser exigido após o início do prazo de amortização (junho de 2017) e está sendo atingido pela Companhia.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2017, é de R$ 40.516 (R$ 75.715 em 31.12.2016), representado por 40.515.663 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 40.515.662 ações de propriedade da EEC e 1 ação da ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2017, o valor de R$ 1.384 foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

c) Dividendos

Conforme destacado em estatuto, os dividendos mínimos obrigatórios da Companhia devem corresponder a 10% do lucro líquido ajustado, sendo este o montande proposto para distribuição.

d) Redução de Capital

Em 06.07.2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia no montante de R$ 37.399, com a extinção de 37.399.513 ações ordinárias, todas de titularidade da Energias Eólicas do Ceará S.A. Tal redução ocorreu em decorrência da liberação do financiamento pelo BNDES para a construção do parque eólico da Companhia, o qual vinha sendo financiado com capital próprio até a referida liberação.

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Comercializadoras de energia elétrica	18.578	220
Transações no mercado de curto prazo	4.774	905
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(2.160)	(104)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA	**21.192**	**1.021**

NOTA 13 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação das Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) aplicadas ao seu financiamento, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro da ENGIE Brasil Energia. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

NOTA 14 – COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia

Em agosto de 2015, o CESM comercializou 46,0 MW no Leilão de Geração promovido pela Aneel, a preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. A energia negociada no leilão teve seu início de suprimento em 01.01.2018.

b) Contrato de arrendamento

A Companhia mantém contrato de arrendamento do terreno utilizado na instalação e edificação das torres dos aerogeradores da subestação e das instalações de transmissão associadas. O contrato prevê um valor fixo atualizado por índice de inflação até o início da operação e um percentual sobre a receita durante a operação. O prazo do contrato equivale ao da autorização concedida pela Aneel.

c) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Companhia mantém contratos de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

d) Contrato de operação e manutenção

A Companhia possui contrato com a GE Energias Renováveis Ltda., para serviços de operação e manutenção da Usina, vigente até 30.04.2027, atualizado anualmente com base no índice IPCA.

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014 com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato para 2017 é de R$ 93 (R$ 71 em 2016).

b) Operações no âmbito dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí

b.1) Contas a pagar a partes relacionadas

No ano de 2016 a Companhia adquiriu 8,89% e 4,44% de participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí, respectivamente, com objetivo de compartilhar a utilização das linhas de transmissão e subestações desses consórcios.

b.2) Contas a receber de partes relacionadas

Esses valores decorrem da alienação de parte dos ativos que as controladas mantinham nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí para coligadas que também possuem projetos eólicos.

Os valores a pagar e a receber dessas operações foram quitados no exercício de 2017.

c) Contrato de compra de energia elétrica

A Companhia possui contrato de compra de energia a empresa do grupo Ferrari Termoelétrica S.A para o ano de 2018 que possui cláusula de flexibilidade, podendo ser atendido total ou parcialmente, de acordo com as necessidades das partes relacionadas. O preço está vinculado ao PLD e a quantidade comprada foi de 4,5 MWm.

NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18.03.2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia no montante de R$ 1.079, com a extinção de 1.078.650 ações ordinárias, todas de titularidade da Energias Eólicas do Ceará S.A. Tal redução ocorreu em decorrência da liberação do financiamento pelo BNDES para a construção do parque eólico da Companhia, o qual vinha sendo financiado com capital próprio até a referida liberação.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2017, da Central Eólica Cacimbas S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Guilherme Azevedo da Silva
Contador - CRC SC 041535/O-0

Central Eólica Cacimbas S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
Salas 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-
5155www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Cacimbas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Cacimbas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Cacimbas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os valores relativos às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 24 de maio de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 25 de abril de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.